

**Da tradução à língua:
sobre a intradutibilidade, as equivalências e os estudos lingüísticos**

RESUMO

Características do hebraico poderiam levar a concluir que, em facetas importantes de suas possibilidades de leitura, o texto do Antigo Testamento é intraduzível ao português e a outras línguas românicas modernas. Esta e algumas outras considerações sobre a intradutibilidade e sobre a importância da finalidade e do contexto para estabelecer equivalência entre duas línguas aparecem aqui, não para questionar a viabilidade ou a validade da tarefa de traduzir, mas para sugerir os estudos de tradução como um interessante ângulo do qual observar fenômenos lingüísticos.

1. O Antigo Testamento como texto intraduzível

A tradução, como leitura, deixa de ser, portanto, uma atividade que protege os significados "originais" de um autor, e assume sua condição de produtora de significados; mesmo porque protegê-los seria impossível [...]

Rosemary ARROJO

Neste texto, queremos partir de certos impasses da tradução, da discussão sobre a intradutibilidade (ou não) e da impossibilidade (ou não) de estabelecer equivalências estritamente fiéis entre duas línguas, num exemplo pontual e extremo de tradução do Antigo Testamento em hebraico, para propor que o estudo da tradução, por colocar em relação/contato dois idiomas, simultaneamente, em seus mais diversos níveis (lexical, sintático, textual, discursivo, cultural), pode funcionar como interessante posto de observação de fenômenos lingüísticos.

Iniciaremos nossa discussão propondo que o texto original do Antigo Testamento, do ponto de vista de suas possibilidades de leitura para um leitor que tenha pleno acesso a ele em hebraico, é impossível de ser traduzido "fielmente" ao português ou a outra língua românica moderna. Isto porque, externamente ao texto, há características da língua hebraica que a fazem, intrinsecamente e *a priori*, não poder equivaler totalmente a essas línguas. Também porque se trata de um texto com uma história específica de leituras em seu idioma e cultura originais, o que faz com que um leitor virtual do texto em hebraico não possa equivaler a um leitor virtual do texto em outra língua.

Imaginemos um tradutor sinceramente decidido a manter a mais estrita fidelidade ao texto de partida, querendo evitar ao máximo que as possibilidades de leitura desse texto se percam ao ser traduzido. Nosso tradutor hipotético tem diante de si o texto bíblico do Antigo Testamento e todas as ferramentas consideradas necessárias para um bom trabalho de tradução: um sólido domínio do hebraico bíblico e da língua de chegada, uma boa formação geral, que engloba a informação cultural suficiente para saber que está trabalhando com um texto que teve séculos de tradição de leituras/interpretações doutrinárias e místicas finas, sofisticadas, que em grande medida foram possíveis graças a certas características da língua hebraica.

Vejamos algumas dessas características. Grosso modo, podemos dizer que, na língua hebraica escrita, as letras propriamente ditas são sempre consoantes, e que as vogais se reduzem a pontos e traços colocados abaixo ou ao lado das letras, e que, em geral, não são escritas. Seria, mais ou menos, como se, no português, PT fosse uma palavra da língua escrita e, enquanto tal, oferecesse diferentes possibilidades de preenchimento com vogais, e, portanto, diferentes possibilidades de leitura: PaTo, PaTa, PeiTo, etc.

Uma primeira dificuldade para o nosso tradutor é que essa natureza consonântica do hebraico escrito gera uma "incompletude" no texto que chama a participação do leitor de maneira talvez mais intensa, ou pelo menos essencialmente diferente, do que a que se dá no caso de textos de idiomas que não têm essa característica. Tal natureza consonântica pede um esforço de complementação mental do leitor, com base em contexto e coerência interna e externa, que não atinge as mesmas proporções em línguas que não a compartilham.

Esta característica do hebraico escrito permitiu historicamente discussões sobre o texto bíblico como a que se vê, por exemplo, no filme *Yentl*, sobre uma palavra da narração da criação do homem e da mulher no *Gênese*, e que pode ser ilustrativa para nós quanto a suas conseqüências para o leitor e para a leitura desse texto. No filme, *Yentl* é uma jovem judia que tem sua vocação de estudos reprimida por causa dos papéis atribuídos a homens e mulheres em sua sociedade. Em certa passagem, essa personagem discute com um estudante da Bíblia hebraica e do *Talmud* que a palavra tradicionalmente lida como "costela", no trecho que apresenta a mulher sendo criada da costela de Adão, pode também ser lida como "lado". É evidente que esta segunda leitura poderia levar a uma interpretação significativamente diferente da posição da mulher perante o homem: ela seria um dos "lados" do homem, o que lhe daria um estatuto de igualdade com respeito a ele. Implicações para essa judia religiosa e para a tradução: ao decidir por ler a palavra hebraica, como "uma costela" (um pequeno pedaço marginal de um todo bem mais completo) ou "um lado" (que poderia ser entendido como a metade de um todo) de Adão, se estaria definindo de maneira bastante diferente o estatuto da mulher perante o homem, optando ou

pela visão “místico-religiosa” e também “legal” (já que a *Torá* tinha força de lei) que justificava um predomínio masculino sobre a mulher, ou por outra interpretação, que conduziria à igualdade entre homem e mulher perante Deus e, conseqüentemente, perante aquela sociedade, que tomava o texto bíblico como verdade transcendente e como lei.

Sabemos que, sem esta dificuldade adicional de leitura, uma palavra já pode ter um leque de sentidos possíveis em um idioma, e que essa polissemia normalmente é explorada em textos poéticos (ou literários em geral) de forma a, em vez de anular a possível ambigüidade e optar por um dos sentidos, fazer com que vários dos sentidos convivam no mesmo lugar e se complementem para formar os sentidos globais finais. Rosemary ARROJO (1999: 46-57) mostra as complicações que essa característica de polissemia constitutiva do texto poético pode trazer para a tradução do poema *Áporo*, de Carlos Drummond de Andrade, já que, entre outras coisas, a palavra que dá título ao poema pode ser lida em pelo menos três sentidos diferentes — 1) o nome de um determinado inseto; 2) problema de difícil solução; 3) um tipo de orquídea solitária e esverdeada —, e que todos estes significados se entrelaçam na construção do poema para compor seu sistema de imagens, que podem representar a esperança do poeta diante da situação sem saída do Brasil dos anos 40 tanto quanto a singularidade e a força da obra de arte. A mesma autora (p. 31-36) aborda ainda a questão de como, em certo tipo de texto, uma palavra pode não estar lá representando seu referente objetivo no mundo, mas estar presente para evocar certas associações, e como essas associações podem variar de idioma a idioma, de modo que uma ameixa que aparece, num poema em inglês, fortemente relacionada ao sensual possa ter que ser traduzida ao português, não como ameixa, mas optando-se por uma fruta que produza uma imagem mental semelhante e uma cadeia de associações ou efeitos de sentido mais próximos aos do idioma de partida.

Por ter a incompletude descrita anteriormente, o hebraico escrito potencializa a polissemia característica do texto literário. Soma-se a isto a convicção histórica dos que construíram e difundiram a interpretação bíblica ao longo dos séculos, de que aquele texto, como texto inspirado e sagrado, encerrava verdades importantes sobre o mundo, e que poderia ser lido (ou decifrado) de várias maneiras, todas elas não só válidas como também reveladoras de uma dessas importantes verdades sobre o mundo.

Uma ilustração do que isso pode significar para o nosso tradutor seriam algumas das leituras/interpretações que foram feitas a partir das quatro primeiras palavras do Gênese:

בראשית ברא אלהים את

Estas são as quatro primeiras palavras hebraicas da frase traduzida como “No princípio, Deus criou o céu e a terra”, por exemplo, na tradução ao português da *Bíblia de Jerusalém* das Edições Paulinas. Nesta frase traduzida ao português, elas deveriam equivaler às palavras: 1) No princípio 2) criou 3) Deus 4) o(s), nesta ordem.

Várias leituras/interpretações foram tradicionalmente feitas a partir dessas quatro palavras iniciais, dentro de sua cultura de origem. Vejamos algumas delas. Primeiro, a letra inicial foi capaz de fazer sentido no hebraico a ponto de ter gerado a seguinte discussão: por que o livro da criação começa com a letra *beith* (considere-se o texto e as palavras hebraicas começando da esquerda para a direita), que é a segunda letra do alfabeto hebraico? Por trás da possibilidade dessa discussão está toda uma crença mística sobre a natureza do idioma hebraico. As letras do hebraico não eram vistas como signos arbitrários criados pelo ser humano para se articularem permitindo transmitir conceitos, e sim como entidades criadas pela divindade, forças que teriam uma existência real e independente do mundo, e que teriam sido as potências criativas utilizadas pelo próprio Deus em seu trabalho de criação. Deus teria criado primeiro as letras, essências de toda a criação, e depois o mundo a partir delas. Dentro dessa crença, as letras têm significados em si mesmas, e as palavras têm uma relação essencial com aquilo que nomeiam: são aquilo que nomeiam. Houve livros, como o *Sefer Yetzirá* (*Livro da Criação*), escritos sobre as correspondências entre as letras hebraicas e as tais forças criadoras, entre cada letra e partes do corpo humano ou conceitos, enfim, entre elas em si e as coisas da criação. Além disso, no hebraico, as letras são também números, o que permitiu toda uma especulação numerológico-interpretativa de séculos sobre o texto bíblico. A primeira letra do alfabeto, o *aleph*, é o número 1. Sendo a unidade, é a letra que representaria o próprio Deus, a unidade geradora da pluralidade do mundo. É, além disso, uma letra “muda”: o *aleph* não representa nenhum som em si mesmo, mas toma o som da vogal-pontuação que se coloca nele. Diz-se, portanto, que ele, na verdade, representa o movimento de abertura para o som, o movimento de garganta ou a vibração presente na produção de qualquer som da língua. Ele, então, estaria contido em todas as outras letras, sem ele, nenhuma outra existiria: mais um paralelo do *aleph* com a Divindade Suprema, contida em cada coisa criada, e condição essencial para que qualquer outro ser exista. Por que, então, o livro bíblico que nos apresenta essa divindade criando o universo, não começa com o *aleph*? Esse simples fato foi interpretado a ponto de fazer sentido e revelar uma verdade, no texto bíblico, e chega-se à conclusão de que o *Gênese* começa com o *beith* justamente por ser o livro da criação, não o da divindade, e que o livro que fala sobre a divindade não estava e nem poderia ser escrito na linguagem e na lógica humanas. A interpretação faz com que a letra inicial do texto contenha revelações em sua própria escolha. O que faria o tradutor? Teria que encontrar uma maneira de começar a tradução com uma letra B? Conseguiria que o B recuperasse, para um leitor de língua materna portuguesa, por exemplo, toda essa relação de valor, todas essas associações que o *beith* poderia gerar em contraposição ao *aleph*, e a idéia de que as letras podem não ser apenas representações arbitrárias de sons, idéia presente nessa

visão histórica da língua, disponível para um leitor virtual do hebraico? Que letra equivaleria, em português, ao *aleph*?

Vejamos outras leituras que o texto em hebraico permitiu. A primeira palavra pode ser dividida em duas, e então teríamos a possibilidade de lê-la assim: “Criou seis”. A isto também se atribuiu sentido: a primeira coisa criada foram os seis pontos do espaço: em cima/em baixo, norte/sul, leste/oeste (criaram-se as três dimensões, digamos). Outra ainda se constrói lendo-se isoladamente as três primeiras palavras: “No princípio criou Deus”. A palavra traduzida aqui como “Deus” é “*Elohim*”, que tem a terminação “*im*”, que costuma indicar plural em hebraico (teria a possibilidade indicar a leitura “deuses”). Leitura possível: um sujeito que não aparece nomeado na frase, um ser inominável (o Deus criador) criou outros deuses, ou então todos os outros aspectos/manifestações/nomes de Deus presentes ao longo da Bíblia. Outra leitura ainda se faz chegando até a quarta palavra, constituída por duas letras, a primeira (*aleph*) e a última (*tav*) do alfabeto hebraico: “No início criou Deus *aleph-tav*”: da primeira à última letra do alfabeto. A criação das letras antecede a criação das demais coisas do mundo¹.

Esse breve esboço de algumas leituras/interpretações que foram feitas sobre as quatro primeiras palavras do Gênese já é suficiente para que, neste ponto nosso tradutor hipotético esteja forçosamente convencido de que está diante de uma tarefa impossível: manter, em sua tradução, pelo menos uma boa parte dessa pluralidade virtual de leituras, sendo que o idioma e a cultura de chegada não lhe permitem, já de entrada, manter o mesmo “espírito” que permitem, no idioma e cultura de partida, fazer associações e jogos interpretativos dessa natureza.

2. Um parêntese necessário sobre o não traduzível e o traduzível: por que traduzir?

A tradução não é tudo aquilo que se perde, mas tudo aquilo que deixou de se perder

Regina ALFARANO

Nesse nosso caso, o que poderia ser visto como impossibilidade de tradução se alicerça, por um lado, na própria constituição do idioma, por outro lado, nas crenças projetadas por leitores sobre o idioma e sobre aquele texto específico, que são crenças construídas em séculos de história cultural. Um leitor virtual de uma língua/cultura românica moderna dificilmente poderá se posicionar diante do texto bíblico em sua língua materna como se posicionaria um leitor virtual místico/religioso de língua/cultura materna hebraica frente a seu texto bíblico.

Sendo estritos no critério de fidelidade, mesmo atendo-nos apenas à manutenção dos “sentidos”, o texto bíblico é intraduzível, portanto. Mas é possível, sim, optar por uma ou algumas de suas leituras. É claro que, também, ao longo dos séculos, as autoridades religiosas, dentro da cultura hebraica, estabeleceram para o texto bíblico sua leitura canônica e sua conseqüente “pontuação/vocalização” no hebraico. É esse o “conteúdo” a que mais ou menos temos acesso nas traduções do Antigo Testamento do hebraico. Parece claro, também, o peso que esse texto traduzido a várias línguas de forma “incompleta” ou “modificada” teve para a formação da cultura ocidental, peso que se evidencia na importância das referências bíblicas para nosso imaginário, nossos sistemas de valores e nossa literatura, cinema, teatro ocidentais. Algo dos textos, portanto, é sempre traduzível. Algo sempre se perde. Algo também se soma, ganha-se, incorpora-se ao texto traduzido sem ter estado no de partida. Não queremos, com nosso caso, chegar a conclusões pessimistas sobre a viabilidade ou a validade da tradução. Preferimos acreditar, com Regina Alfarano (1990: 105), que “a tradução não é tudo aquilo que se perde, mas tudo aquilo que deixou de se perder”, e que no que deixou de se perder e no que se ganha encontra sua justificativa. Discussões deste tipo, no entanto, parecem ser relevantes para a formação de um tradutor, para deixar claro que, numa tradução, algo sempre se transforma, e que caberá a ele “ler em profundidade, pluralidade e extensão” e tomar uma série de decisões que irão contribuindo para definir o que será preservado e o que talvez se torne irre recuperável, no texto traduzido, para o leitor dessa tradução.

Sem um grau extremo de obsessão por uma fidelidade absoluta inatingível, talvez qualquer texto seja traduzível, e o Antigo Testamento efetivamente o foi para todas as línguas. É possível encontrar soluções, mas a solução na tradução é uma decisão de prioridade, é uma escolha de leitura mais relevante a partir de certo ponto de vista e para certa finalidade, o que por sua vez deita por terra ilusões sobre a neutralidade do tradutor. Os livros do Antigo Testamento são traduzíveis e foram traduzidos, mas há possibilidades de leitura que se perdem nisto, e há uma opção feita, nessa transposição de sentidos. As maioria das traduções a que temos acesso optam por uma transposição conteudística dos textos estabelecidos tradicionalmente (a leitura canônica e doutrinária definida pelas autoridades religiosas). Não haveria tradução possível para preservar as leituras místicas (que não deixam de ser também poéticas) que o hebraico permite nestes textos considerados sagrados.

Italo Calvino se pergunta no título de um de seus livros: “por que ler os clássicos?” E uma de suas respostas é a de que é melhor do que não lê-los. Por que fazer uma tradução e por que lê-la? Talvez por que, para vários textos de outras culturas, é melhor do que não fazê-la e do que não ter e dar acesso àquele texto. Dificilmente

---

¹ Não sou hebraísta e devo todas essas informações sobre as especulações feitas sobre as quatro palavras iniciais do Gênese especialmente a Francisco César Polcino Milies (Brasil), e também a David Berniger (Uruguai), e deixo aqui meus agradecimentos.

haverá línguas e culturas que, em diversos momentos de sua história, não tenham se alimentado, modificado e enriquecido significativamente a partir de outras. Não é, então, melhor ganhar algo do que perder tudo?

3. Da tradução à língua: a história inscrita na língua e a visão de mundo inscrita no leitor; denotações e conotações; recortes lexicais

(...) o paradoxo da tradução (...) nada mais é que uma extensão do paradoxo da interação comunicativa entre os seres humanos, potencializada em grau maior, mas compartilhando de uma mesma natureza intrínseca.

Francis H. AUBERT

Para ir da tradução à língua em nosso caso específico da tradução do Antigo Testamento, voltaremos a insistir na idéia de que, em muitos aspectos, há, entre o português (e as línguas românicas modernas em geral) e o hebraico bíblico, um abismo intransponível, devido a uma concepção histórica dos falantes de cada um desses idiomas sobre qual é a natureza de seus idiomas e daquele texto. Um texto em hebraico alicerçado sobre essa visão não arbitrária do alfabeto e sobre a natureza inspirada, polissêmica e verdadeira, em qualquer nível de interpretação, dos textos do Antigo Testamento é intraduzível para um idioma que não compartilhe essa estrutura e que não tenha tido em sua história crenças “lingüísticas” comparáveis.

Nosso caso do hebraico nos interessa especialmente porque parece deixar claro como e por que as línguas não são vagões de trem que carregam conteúdos dissociados dos vagões: além de conteúdos semântico-lexicais ou sintáticos que podem ser relativamente estáveis e passíveis de tradução, elas carregam uma história de séculos, história que envolve não só fatos concretos, mas sofisticadas redes de associações e formações imaginárias e ideológicas.

Neste ponto, nosso caso deixa de ser interessante apenas para as reflexões sobre a prática da tradução, e passa a ser elucidativo também para pensar a relevância de certos rumos atuais dos estudos lingüísticos, como os da análise do discurso. Há uma história de um povo inscrita num idioma e em seus textos, o que nos escancara, por outro lado, que nenhum idioma expressa com neutralidade um mundo exterior, e que isso já é verdadeiro na própria constituição e estruturação de sua materialidade. Portanto, em certa medida, há abismos entre quaisquer dois pares de línguas.

Nosso exemplo inicial é um exemplo extremo que nos faz ver com clareza que não é possível recuperar plenamente em um idioma as relações entre materialidade lingüística e sentido estabelecidas num texto em outro idioma, mas também que não será possível recuperar, num outro idioma, as relações culturais que um leitor estabelece com os textos e discursos em sua língua materna a partir da visão de mundo histórica inscrita em seu idioma. Este caso de tradução e a visão de fidelidade como foi colocada nele foram propositadamente extremos, mas não é difícil ver que, em proporções menos ostensivas, essas dificuldades de equivalência se reproduzirão em muitos outros casos de tradução, em boa parte das tentativas de passar um texto de uma língua a outra.

Mantendo-nos no nível do léxico e considerando o par inglês-português, pensemos no par parcialmente equivalente *blue-azul* e nos significados figurados ou nas conotações que cada uma dessas palavras tem a possibilidade de gerar seus respectivos idiomas. A palavra *blue* aparece tanto com o significado de “azul” quanto em seus sentidos figurados de “triste, deprimido” em uma frase chave para interpretar a canção *Planet Earth*, de David Bowie: “*Planet Earth is blue, and there’s nothing I can do*”. Se bem me lembro, a canção mostra um dos primeiros astronautas norte-americanos a saírem da Terra tendo, pela primeira vez, uma visão do Planeta a partir do espaço sideral, do lado de fora. Toda a letra da canção é um diálogo desse astronauta, o major Tom, com a base de controle na Terra, com a qual se comunica no momento exato em que está saindo da nave espacial. Ele vai contando como está passando pela porta, “pisando através da escuridão”, “flutuando ao redor de sua caneca de lata (somente a nave, ou a insignificância daquele cume da ciência e da tecnologia humanas comparado ao espaço no qual ele está flutuando?)”, e o que ele vai contando à base de controle culmina com a revelação de sua visão do Planeta, na frase “*Planet Earth is blue*”. Depois dela, a base parece perder totalmente o contato com o major Tom, e fica perguntando insistentemente e sem resposta “*Can you hear me Major Tom?*”, como se o astronauta houvesse se perdido definitivamente no espaço. Nessa sua “visão distanciada” do Planeta, que precede a catástrofe pessoal de ficar perdido e flutuando no espaço, o major Tom revelou à base de controle, na Terra, a cor do Planeta (*blue*), até então desconhecida, mas a frase também explicita uma revelação que ele mesmo está tendo naquele momento em vê a Terra flutuando no espaço imenso, como uma visão crítica, existencial, distanciada da humanidade ou da própria vida, que lhe provoca depressão ou tristeza. A leitura de que “o planeta Terra é triste”, e de que essa visão é também uma revelação interior que entristece e desorienta intimamente o major Tom, passa a ser quase obrigatória quando consideramos que a ela se soma a frase “*and there’s nothing I can do*” (e não há nada que eu possa fazer), que nos obriga a ler *blue* para além da cor que designa, e soma à sua leitura como “triste” a sensação de impotência para mudar um estado de coisas. Efetivamente, a palavra *blue* aparece dicionarizada com o sentido de “triste” ou “deprimido”, e com esse sentido é usada também na expressão *to feel blue*.

Há canções e expressões da fala que, no português, usam a palavra *azul* conotativamente, mas nessa língua essa palavra usada conotativamente tende a remeter à paz e à felicidade. *Tudo azul* significa que está tudo muito bem, tudo muito tranquilo e em paz, e aparece em frases de canções como “*Tudo azul, Adão e Eva e o paraíso*”. A principal questão para a tradução seria: como recuperar, numa tradução ao português, a polissemia e a importância de revelação existencial que a frase “*Planet Earth is blue*” tem na canção de David Bowie? Uma questão para a lingüística seria: como entender que, em dois idiomas, uma mesma percepção de cor desencadeie conotações quase opostas? Sobre as diferentes, divergentes e imprevisíveis conotações que uma

percepção sensorial objetiva pode adquirir nas diversas línguas, vale também lembrar que, em espanhol, uma canção de Silvio Rodríguez, *Oh melancolía*, evoca mais de uma vez a cor azul (do mar, do céu) numa letra que tematiza a melancolia “pintando” diversas imagens que parecem ter a função de ir exteriorizando, concretizando visualmente, a sensação de uma sutil melancolia provocada pela solidão. Uma das “imagens” que o eu-lírico observa (depois de uma cena inicial de encontro com uma solidão personificada que o toca *con su más delgado pétalo de hielo*) é a de uma embarcação que balança solitária e distante no mar, e que é chamada de *niña del azul*. Na segunda sugestão do azul, ele aparece mais claramente associado à melancolia, numa frase que atribui ao céu (azul) pálido o adjetivo “melancólico” (*melancólico, sutil, pálido cielo*).

Ainda no nível do léxico, é curioso pensar, do ponto de vista das equivalências, nos recortes lexicais de diferentes idiomas. Esse ponto de vista muitas vezes nos desloca da “naturalidade” da relação entre palavras e coisas em nossa própria língua, e revela uma forte falta de evidências de uma relação objetiva, imparcial e lógica entre as palavras e as coisas que elas nomeiam. Por exemplo, para o português, não é relevante lexicalmente se um “vaso” serve apenas para pôr em cima de uma mesa e colocar nele flores e buquês, ou para conter terra e plantas vivas, ou para servir como objeto ornamental (ou o tamanho e relação entre largura e altura desses recipientes). É uma palavra abrangedora para vários tipos de objetos, e quando seu uso para alguma dessas funções interessa, simplesmente se especifica: um vaso de flores, um vaso de plantas, um vaso ornamental etc. Em espanhol, parece não ser claro que essas “coisas” com funções e características tão diferentes tenham semelhanças suficientes entre si para poderem ser designadas com a mesma palavra (e talvez realmente não tenham). Os usos dessas “coisas”, que juntamos em um grande bloco, em português, e chamamos de “vaso”, são especialmente relevantes, no espanhol, para a determinar uma especialização lexical e diferenciam as palavras *florero*, *jarrón*, *maceta* e *vaso*. Se um aluno de espanhol língua estrangeira pergunta como se diz “vaso” em espanhol, é impossível dar uma resposta a ele antes de pedir que ele especifique de que tipo de vaso quer falar. Como tantas outras, é uma equivalência que não pode ser estabelecida fora de contexto.

Nossos exemplos pretenderam funcionar de amostra para discutir como a tradução põe em confronto duas línguas enquanto sistemas complexos, e como tais as revela. Quiseram mostrar algumas das formas como as equivalências envolvem questões que podem ir além das sintáticas e lexicais isoladas dos textos e contextos. As impossibilidades de equivalências exatas entre duas línguas, em seus variados aspectos, e os motivos dessa impossibilidade parecem ajudar a deixar mais claros os mecanismos que constituem a linguagem e sua relação com o mundo, parecem contribuir de maneira interessante para revelar as arbitrariedades constitutivas das palavras, dos textos e das línguas. Acreditamos que as reflexões sobre os impasses da tradução e das equivalências entre duas línguas permitem abordar questões que preocupam teorias lingüísticas mais recentes de maneira bastante vantajosa, por exemplo, para a didática da própria lingüística, assim como para o ensino/aprendizagem de segundas línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARANO, Regina. “A formação do tradutor”. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Tradutores. A tradução: alvos e ferramentas*. São Paulo: FFLCH, 1990, p. 103-105.

ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática, 1999.

AUBERT, Francis H. *As (In)Fidelidades da Tradução. Servidões e autonomia do tradutor*. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1999.